



1
2
3
4
5
6

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

7
8

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CERHI-RJ

Aprovada na 56ª R.O. CERHI-RJ, em 30.04.2014

9 Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e quatorze, no auditório do INEA, na Av.
10 Venezuela nº 110, 6º andar, Centro, RJ, com início previsto para às 13:30h e término às 15:30h,
11 realizou-se a 14ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI-RJ,
12 contando com a presença dos senhores **membros das entidades titulares:** Luiz Firmino Martins Pereira
13 (SEA), Isaura Frega (INEA), Rosa Maria Formiga Johnsson (INEA), Bruna Roque (FIPERJ), Marcos Antônio
14 de Sá Machado (P. M. São João da Barra), Marcos Sant'Anna Lacerda (Instituto Terrazul), Katia dos
15 Santos Vallado Braga (CCROM), João Gomes de Siqueira (UENF), Gerson Cardoso da Silva Junior
16 (ABAS), José Alfredo Sertã (ABES-RJ), Décio Tubbs Filho (CBH GUANDU), Ricardo Luís Senra (CBH LSJ),
17 Sidney Salgado dos Santos (CBH Baixo Paraíba do Sul), Alexandre Carlos Braga (CBH BG), Cláudia Barros
18 Afonso e Silva (Águas de Niterói), Jaime Teixeira Azulay (CEDAE), Jorge Vicente Peron Mendes (FIRJAN),
19 Barbara Christina Farah Montenegro Pithon (ELETRONUCLEAR), José Gomes Barbosa Júnior (LIGHT),
20 Osvaldo de Freitas Borges (UTE-NF), Vinicius Crespo (FECOMERCIO – Substituto), e Zenilson do Amaral
21 Coutinho (ASFLUCAN); **ausências justificadas:** Carlos da Costa e Silva Filho (PGE); **membros das**
22 **entidades suplentes:** Gláucia Freitas Sampaio (INEA), Livia Soalheiro e Romano (INEA), Catia Siqueira
23 (DRM), Madalena Sofia Avila (Prefeitura de Barra do Piraí), Maria Inês Paes Ferreira (Prefeitura de
24 Macaé), José Paulo Soares de Azevedo (UFRJ), Vera Lúcia Teixeira (CBH Médio Paraíba do Sul), Affonso
25 Henrique de Albuquerque Junior (CBH Macaé e das Ostras), João Mendes S. Neto (CBH Rio Dois Rios),
26 Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas (ENERGISA), e Leopoldo Carrielo Erthal (FAERJ); **ausências**
27 **justificadas:** Rachel Bardy Prado (EMBRAPA SOLOS) e José do Amaral Ribeiro Gomes (SINDICATO
28 RURAL DE CAMPOS); **convidados:** Renata A. Vilarinho (substituta em UTE – NF), Zacarias A. de Oliveira
29 (Prefeitura de Campos), Clemio Sampaio (ADEFIMPA-RJ), Markus Stephan W. Dudzynkz (APEDEMA),
30 Vera F. Martins (ACAMPAR), Eloisa Elena Torres (SEA / UEPSAM), Marcelo L. Gama (S.M.M.AM.
31 CAMPOS-RJ), Marcos A. R. Patrício (COPPE – UFRJ), José Edmundo Victor (P. M. BOM JESUS/RJ), Flávia
32 Lanari Coelho (APALMA), Samuel Muylaert (INEA), Micheline. Esta reunião teve a seguinte pauta: **1)**
33 **Aprovação do Relatório PROGESTÃO 2013; 2) Hierarquização do Plano de Ações e Investimentos do**
34 **PERHI-RJ, constantes no relatório dos Programas, Metas e Estratégias.** Após verificação de quórum, a
35 Secretária Executiva do CERHI-RJ, Sra. Rosa Maria Formiga Johnsson, deu início à reunião às 14h20min.
36 Informou que o Presidente do CERHI-RJ, Sr. Carlos da Costa e Silva, não poderá estar presente e que
37 por este motivo ela conduzirá parte desta reunião. Explicou que, aproveitando a reunião do fórum do
38 processo eleitoral agendada para esta data às 15:30h, esta reunião extraordinária foi marcada por
39 haver a necessidade de aprovar no CERHI-RJ o relatório anual PROGESTÃO 2013, após longa discussão
40 nas Câmaras Técnicas (CT-IL e CT-IG). Informou que o prazo para envio deste documento, aprovado e
41 assinado pelo Presidente do CERHI-RJ e do INEA, para a Agência Nacional de Águas (ANA) é dia
42 31/03/2014, para que possamos ter acesso a segunda parcela do PROGESTÃO, o equivalente a R\$
43 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais). Além disso, aproveitaremos esta reunião para
44 apresentar uma modificação que foi feita no Plano Estadual de Recursos Hídricos depois de aprovado,
45 pois após discussões entre o INEA e a Fundação COPTEC entendeu-se que algumas alterações
46 deveriam ser realizadas, e por este motivo as mudanças serão apresentadas ao plenário, na presente
47 data, para conhecimento e, se não houver mais nenhuma dúvida, posterior aprovação. Em seguida a
48 Secretária Executiva do CERHI-RJ deu um informe sobre a transposição do rio Paraíba do Sul. Explicou
49 que no dia 19/03/2014 foi dada a notícia pela mídia, o Governo do Estado do RJ não foi oficialmente
50 comunicado, nem pelo Governo de São Paulo nem pela Agência Nacional de Águas e/ou Ministério do

51 Meio Ambiente sobre esta questão. Comunicou que posteriormente a Presidente do INEA, Sra. Isaura
52 Frega, e o Subsecretário da SEA, Luiz Firmino, estiveram na ANA para participar de um evento
53 relacionado ao PNQA (Programa Nacional de Avaliação da Qualidade das Águas) em reunião com
54 todos os diretores e o Presidente da ANA, Sr. Vicente Abreu, disse que esta Agência ainda não havia
55 recebido a proposta de projeto anunciada pelo Governador Geraldo Alckmin e que a Presidente da
56 República Dilma Rousseff disse que RJ e SP deveriam se entender, e que, de qualquer maneira, a ANA
57 deverá se posicionar publicamente. Em função disso, iniciou-se uma série de discussões e debates na
58 mídia entre os lados Paulista e Fluminense, mas é preciso levar a discussão para a área técnica e por
59 isso está sendo elaborada uma Nota Técnica no INEA (Rosa Formiga, Edson Falcão, Moema Versiani e
60 equipe da Diretoria de Gestão das Águas e do Território) com o posicionamento do Governo do ERJ,
61 com foco não em ser a favor ou contra a discussão e sim na segurança hídrica do ERJ, e será divulgada
62 amplamente para todo até dia 27/03/2014. Informou que o teor da Nota Técnica será defender que as
63 atuais regras operativas em Santa Cecília no ponto da transposição, devem ser seguidas e respeitadas,
64 e em hipótese nenhuma devem ser reduzidas. Esse ponto é central para o INEA porque uma vazão de
65 garantia em Santa Cecília, significa que foram atendidas todas as demandas do Médio Paraíba do Sul, e
66 nesse ponto então garantiria água da transposição do Guandu e a água que continua no rio Paraíba do
67 Sul segue seu curso até a foz. Tendo em vista o intenso trabalho em cima desta Nota Técnica, a Sra.
68 Rosa Formiga pediu a excepcionalidade de não presidir esta reunião, pois precisa voltar para finalizar o
69 documento. E como, regimentalmente, na ausência do Presidente e da Secretária Executiva, quem
70 conduz a reunião é o membro/conselheiro de maior idade, no caso o Prof. Alfredo Sertã. Em seguida,
71 este Conselheiro agradeceu a confiança, fez parte da mesa e prosseguiu com os itens da reunião. **1º**
72 **item: Aprovação do Relatório do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das**
73 **Águas - PROGESTÃO 2013.** A Srta. Livia Soalheiro, assessora da DIGAT/INEA, fez a apresentação deste
74 item. Iniciou falando que no final de 2013 o CERHI-RJ aprovou a adesão do ERJ ao PROGESTÃO, que é o
75 programa que a ANA traz e que visa estipular metas para o Estado ao longo do ano. Como o INEA
76 optou por informar que o ano inicial do programa era o ano de 2013, disse que o momento agora é de
77 demonstrar a evolução do sistema em relação às metas e indicadores, classificação do ERJ naquele
78 período, também aprovados pelo CERHI-RJ no final de 2013. As avaliações foram feitas da seguinte
79 forma: 1) metas federativas, que são as metas impostas pela ANA; e 2) metas estaduais, que são as
80 metas que podemos ponderar e que o Conselho avaliou e pactuou. O relatório aborda tudo, tanto as
81 metas federativas quanto as estaduais, e foi enviado para todos os Conselheiros junto com o ofício de
82 convocação desta reunião para que pudessem, caso tivessem, dar suas contribuições. Após
83 questionamentos, a Srta. Livia explicou que nas metas federativas a ANA diz o que quer que o INEA
84 comprove, já nas estaduais, a ANA diz que o Conselho Estadual que vai avaliar se foi atingido ou não, e
85 como o relatório é um resumo, tendo limitação de dois parágrafos por cada meta, não podendo
86 prolongar muito o texto, mas que todas as informações estão disponíveis para consulta e que ela está
87 disponível para, se necessário, marcar uma nova reunião e fazer uma apresentação para esclarecer
88 uma meta específica. Informou, ainda, que este relatório já foi apresentado e analisado nas Câmaras
89 Técnicas (CT-IL e CT-IG) deste Conselho, e que posteriormente será realizada uma Oficina com os
90 Órgãos Gestores em Brasília para tratar de um dos itens do contrato. Em seguida, a Srta. Livia
91 Soalheiro continuou a apresentação do relatório PROGESTÃO, conforme resumido a seguir: **Alcance**
92 **das Metas Federativas: Meta 1.1 – Integração dos Dados de Usuários de Recursos Hídricos:** Informou
93 que o Estado do Rio de Janeiro compartilha, por meio do Cadastro Nacional de Usuários de Recursos
94 Hídricos– CNARH, as informações referentes aos usuários de recursos hídricos de domínio estadual. O
95 RJ adotou o CNARH como cadastro único de usuários de recursos hídricos a partir de 2006, através da
96 Resolução Conjunta ANA/ SERLA 650/2008, tornado o preenchimento deste cadastro como primeiro
97 passo para a regularização do uso nos processos de requerimento de outorga para usos em corpos
98 d'água estaduais. A Resolução Conjunta ANA / SERLA 650/2008 formalizou a integração das bases de
99 dados do Estado e da União. Promovendo assim a completa integração dos dados dos usuários de
100 recursos hídricos; **Meta 1.2 – Compartilhamento de Informações sobre Águas Subterrâneas:** Esta
101 meta encontra-se prejudicada pela ocorrência de fatos supervenientes no ano de 2013 e, para fins de
102 certificação, seu peso será distribuído proporcionalmente às demais metas, conforme previsão
103 contratual; **Meta 1.3 – Contribuição para difusão do conhecimento:** Anualmente o Estado do Rio de
104 Janeiro contribui com subsídios para que a ANA elabore o Relatório de Conjuntura dos Recursos

105 Hídricos, isto se mostra claro com a evolução das informações constantes nos relatórios em questão.
106 No ano 2013 o Inea encaminhou, em meio digital, todas as informações solicitadas pela ANA com a
107 finalidade de subsidiar a publicação do Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos; **Meta 1.4 –**
108 **Prevenção de Eventos Hidrológicos Críticos:** O Centro de Informação e Emergências Ambientais
109 (CIEM) é responsável, no Inea, pelo funcionamento do Sistema de Alerta de Cheias, que opera e
110 mantém a Rede Hidrometeorológica Telemétrica para fins de alerta, gerando base de informação para
111 estudos e gestão em recursos hídricos, além de atender às demandas do Sistema de Defesa Civil
112 (Federal, Estadual e Municipal) em seus Planos de Contingência. A rede é composta por 103 estações
113 que transmitem dados de chuva e/ou nível dos rios a cada 15 min. Os dados da rede
114 hidrometeorológica telemétrica são disponibilizados em tempo real no site
115 <http://inea.infoper.net/inea/?p=ultimos>. O Sistema de Alerta de Cheias existe desde 2008
116 (inicialmente na Baixada Fluminense) e vem expandindo seu monitoramento no território do Estado
117 do Rio de Janeiro, atendendo hoje 38 municípios. Sendo assim, a doação de equipamentos da ANA ao
118 INEA (estações hidrometeorológicas, computadores, telas, projetor e impressora) em 2013 veio
119 cooperar para a expansão da rede e o bom funcionamento do Centro de Informação e Emergências
120 Ambientais. Quando há previsão de eventos severos tais como chuvas fortes ou possibilidade de
121 transbordamento dos rios para a região monitorada, são enviadas mensagens de alerta via SMS,
122 contato telefônico e e-mail para os responsáveis pela tomada de decisões nos órgãos de Defesa Civil
123 dos municípios monitorados. Os alertas também são divulgados via Facebook e Twitter. Além disso,
124 boletins hidrometeorológicos são emitidos diariamente para a Defesa Civil Estadual e Coordenadoria
125 Municipal de Defesa Civil (COMDEC), via e-mail, após análise das variáveis meteorológicas relevantes
126 sobre a região monitorada. Todos os dados e informações do Sistema de Alerta estão disponíveis para
127 pesquisa e consulta no portal do INEA. O Manual de operação da Sala de situação da ANA e para apoio
128 aos Estados descreve as ações da sala de situação. Na tabela abaixo são indicadas as ações propostas
129 pelo manual em comparação com as ações executadas pelo Sistema de Alerta de Cheias. O CIEM
130 passará por um programa de reestruturação, com licitação marcada para o dia 17/03/2014, onde os
131 encaminhamentos destinados à ANA passarão a ser feitos automaticamente. O Inea está inserido no
132 âmbito do Sistema Estadual de Defesa Civil (Sedec) como órgão executor da Secretaria Estadual do
133 Ambiente. A atuação do INEA neste contexto se dá pela ação operacional do CIEM. As defesas civis
134 municipais são os principais usuários do Sistema de Alerta de Cheias, sendo os responsáveis por
135 promover ações através dos seus planos de contingência uma vez que os alertas são dados. O Sistema
136 de Alerta de Cheias possui manual de procedimentos que descreve todas as tarefas da equipe de
137 técnicos e meteorologistas que trabalha 24 horas por dia, 7 dias por semana, garantindo o
138 monitoramento hidrometeorológico ininterrupto, visando uma rápida resposta aos eventos extremos.
139 Neste manual constam as descrições tanto das tarefas de rotina, como os métodos de monitoramento
140 e a confecção de relatórios e boletins periódicos, quanto dos procedimentos extraordinários, como
141 emissão de alertas, resolução dos problemas com relação à transmissão e recepção dos dados das
142 estações, página do sistema, etc. São elaborados e divulgados boletins hidrometeorológicos diários
143 contendo a situação dos rios e das chuvas registradas nas últimas 24 horas, bem como uma previsão
144 para as 24 horas subsequentes. Existe um contrato de operação da rede com uma empresa
145 terceirizada responsável pela manutenção das estações, e pelo envio e transmissão dos dados. Por
146 contrato é prevista uma operacionalidade mínima de 97%. Também é prevista a elaboração de
147 relatórios mensais que descrevem as etapas do contrato onde consta a situação da rede, as
148 manutenções corretivas e preventivas periódicas das estações hidrometeorológicas realizadas no
149 período, bem como outras características da operação da rede; **Meta 1.5 – Atuação para Segurança**
150 **de Barragens:** No dia 31/01/2014, o Inea encaminhou à ANA o Relatório Anual de Segurança de
151 Barragens 2013. **Alcance das Metas Estaduais: Organização Institucional do Sistema:** A instalação do
152 Instituto Estadual do Ambiente (2009), com a fusão de entidades vinculadas à Secretaria de Estado do
153 Ambiente, e a absorção das funções de competência de órgão gestor de recursos hídricos de domínio
154 estadual, deu novo impulso à dinâmica de implantação da política estadual. A atuação do Inea de
155 forma descentralizada, respeitando a divisão hidrográfica estadual, é uma grande conquista para a
156 gestão ambiental do Estado, que passa a levar em consideração a lógica da bacia hidrográfica para
157 planejamento e atuação dos órgãos gestores. No Inea a Diretoria de Gestão das Águas e do Território
158 (Digat) é a principal responsável pela implantação da política estadual de recursos hídricos e tem entre

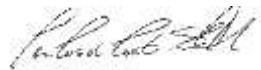
159 as suas principais competências apoiar os comitês de bacias no âmbito do Estado, além de atuar como
160 secretaria executiva do Conselho Estadual de Recursos Hídricos - CERHI-RJ. Dessa forma, concluímos
161 que há uma área específica e estruturada da Administração Pública para gestão de recursos hídricos
162 não existindo problemas de articulação com outras áreas; **Organismo Coordenador/Gestor:** O
163 Organismo Gestor é a Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, e Coordenador do Sistema Estadual de
164 Recursos Hídricos é o Instituto estadual do Ambiente - Inea. Ambos plenamente estruturados e
165 atuantes. Cada ente tem sua competência bem definida sendo a SEA responsável pela formulação das
166 políticas públicas ambientais (inclusive a de recursos hídricos) e o Inea o órgão gestor e executor das
167 políticas formuladas; **Gestão de processos:** O organismo gestor dispõe dos processos gerenciais e
168 administrativos com fluxo e procedimentos bem estabelecidos para a execução de suas atribuições
169 institucionais. Inclusive no ano de 2013, foi elaborado o manual operativo do Fundo Estadual de
170 Recursos Hídricos que tem registrado, em si, todos os fluxos e procedimentos referentes a utilização
171 de recursos deste fundo no que tange ao percentual referente aos Comitês de bacia. Tal manual está
172 em fase final de diagramação. Temos a elaboração e atualização de fluxos e procedimentos como uma
173 constante prioridade do Órgão; **Arcabouço Legal:** Verifica-se no Estado do Rio de Janeiro a existência
174 de um arcabouço legal completo. A Lei Estadual nº 3.239/99 institui a Política Estadual de Recursos
175 Hídricos. Esta e as principais normas estaduais estão compiladas no livro "Base Legal para a Gestão das
176 Águas do estado do Rio de Janeiro" disponível no sitio eletrônico do Inea. Destaca-se que o
177 mencionado livro está em processo de atualização, devendo em 2014 ser lançada uma edição revisada,
178 atualizada e ampliada; **CERHI-RJ:** O Estado do Rio de Janeiro tem seu conselho estadual de recursos
179 hídricos (CERHI-RJ) instituído desde o ano de 2000. Tal colegiado é plenamente atuante. Realizou, até
180 o final de 2013, 54 reuniões ordinárias, 24 reuniões extraordinárias, além de elaborar 117 resoluções e
181 mais 4 moções. O Plenário deste Órgão é composto por 30 membros compreendendo representantes
182 de: usuários de água; sociedade civil organizada; poder público municipal, estadual e federal; comitês
183 de bacias em nível estadual. O CERHI-RJ tem reuniões ordinárias periódicas, em regra, bimestrais, além
184 de realizar reuniões extraordinárias sempre que necessário for. É importante frisar que há um
185 comparecimento satisfatório dos membros deste Conselho não acontecendo o cancelamento de
186 reuniões por falta de quórum. Todas essas informações (atas de reunião, resoluções e moções)
187 encontram-se disponíveis no Portal INEA; **Comitês de bacias e Organismos colegiados:** Com a
188 publicação da Resolução CERHI nº 107, de 22/05/2013, que alterou a divisão hidrográfica do estado,
189 podemos afirmar que o Rio de Janeiro possui, em nível estadual, comitê de bacia instalado e atuante
190 em todas as suas nove regiões hidrográficas. Além dos comitês de bacias hidrográficas, também
191 encontra-se instalado, ativo e participativo na gestão de recursos hídricos, organismo colegiado
192 importante para ofuncionamento do SEGRHI: Conselho Estadual de Recursos Hídricos; **Agências de**
193 **Água e Entidades Delegatárias:** Em todo o território fluminense temos 5 contratos de gestão com
194 entidades delegatárias para o exercício de funções de agência de águas. Tais contratos atendem 8 das
195 9 regiões hidrográficas do estado. O único Comitê de Bacia que, ainda, não conta com esse apoio é o
196 Baía de Guanabara, neste caso o Inea fornece o apoio ao funcionamento do Comitê. Cabe mencionar
197 que o CBH Baía de Guanabara está em processo de definição da sua entidade delegatária;
198 **Comunicação Social e Difusão:** Atualmente, existem ações pontuais de comunicação social e difusão
199 de informações no âmbito do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Nesse sentido, já foram
200 aprovados por comitês fluminenses recursos para a elaboração de planos de comunicação;
201 **Capacitação Setorial:** Existem iniciativas isoladas de diversos setores, mas não existe de forma
202 sistematizada no Estado um programa de capacitação para temas afetos à gestão de recursos hídricos,
203 no entanto os membros do Sistema são estimulados a todo o tempo a participar de capacitações a
204 distância promovida pela ANA, Encontros (Nacional e Estadual) de Comitês de Bacias, seminários
205 técnicos afetos à gestão de recursos hídricos (ex.: ABRH, SERPASUL). O estímulo ocorre também
206 dentro da própria área de atuação dos comitês quando o mesmo promove seminário ou oficina sobre
207 assunto de sua competência. (ex.: Seminário sobre o Rio Preto, promovido pelo CBH Médio Paraíba do
208 Sul). Listou a relação de capacitações aprovadas e realizadas em 2013 para serem financiadas com
209 recursos da cobrança pelo uso da água: RH II – CBH Guandu (Capacitação em Gestão de Recursos
210 Hídricos), RH II – CBH Guandu (Ações em Educação Ambiental), RH III – CBH Médio Paraíba do Sul (I
211 Fórum do Rio Preto), RH III – CBH Médio Paraíba do Sul (I Oficina de Planejamento Estratégico -
212 Ferramentas de Construção da Gestão Participativa), RH IV – CBH Piabanha (Oficina de Saneamento),

213 RH IV – CBH Piabanha (Campanha de Mobilização e Articulação do CBH com entes da sociedade (Pago
214 em 2013)), RH IV – CBH Piabanha (Oficina de Comunicação, Educação Ambiental e Mobilização), RH V
215 – CBH Baía de Guanabara (Curso de Manejo de Áreas Protegidas), RH V – CBH Baía de Guanabara (I
216 Encontro de Educação Ambiental Ouro Preto, Minas Gerais e participação no XV Encob 2013), RH V –
217 CBH Baía de Guanabara (Educação Ambiental - Projeto Nas trilhas da Pedra Branca), RH VI – CBH Lagos
218 São João (Oficinas de Capacitação e Gestão de Recursos Hídricos e Gênero), RH VI – CBH Lagos São
219 João (Ações em Educação Ambiental), RH VII – CBH Rio Dois Rios (Ferramentas da Construção da
220 Gestão Participativa (Pago em 2013)), RH VIII – CBH Macaé e das Ostras (Oficina de imersão-PRH
221 Macaé), RH VIII – CBH Macaé e das Ostras (Capacitação de mobilizadores sociais para a consulta
222 popular do plano de bacia), RH VIII – CBH Macaé e das Ostras (Ações de Educação Ambiental - São
223 Pedro da Serra), RH VIII – CBH Macaé e das Ostras (Ações de Educação Ambiental), Todos os CBH
224 Fluminenses (Participação em encontros técnicos e científicos (ECOB, ENCOB, ABRH, Capacitação em
225 Ouro Preto, RIOB), RH IX – CBH Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana (Oficina de Planejamento). Além
226 dessas atividades, o setor usuário e a sociedade civil também promovem cursos, seminários e oficinas
227 sobre temas correlatos aos recursos hídricos. Seguem alguns exemplos: Grupo Águas do Brasil (Curso
228 de capacitação para multiplicadores em educação ambiental), Firjan (Seminários gestão da água na
229 indústria), Firjan/ CNI (Capacitação para integrantes de Comitês de bacias), Setor hidroelétrico da Bacia
230 do Paraíba do Sul (V Serpasul); **Articulação com setores usuários e transversais:** Existe adequada
231 articulação do poder público com o setor usuário não restrita as atividades no âmbito dos organismos
232 colegiados de recursos hídricos. Existindo, inclusive, cooperações técnicas para assuntos específicos
233 (Ex.: mapeamento de processos internos) e apoios operacionais. **Balanco Hídrico:** No Plano Estadual
234 de Recursos Hídricos, desenvolvido ao longo de 2013, o Diagnóstico contém os seguintes temas: a)
235 Disponibilidade Hídrica (quali-quantitativa); b) Demandas Hídricas; c) Balanço Hídrico; d) Esgotamento
236 Sanitário e Resíduos Sólidos. Tal diagnóstico foi aprovado pelo grupo de acompanhamento do PERHI,
237 formado pelo plenário do Conselho Estadual em setembro de 2013. Desta forma, podemos afirmar
238 que temos conhecimento adequado das demandas e das disponibilidades hídricas sob domínio
239 estadual em todo o território. O relatório mencionado pode ser acessado pelo endereço:
240 <http://www.hidro.ufrr.br/perhi/>; **Divisão Hidrográfica:** Em maio de 2013, o Conselho Estadual de
241 Recursos Hídricos, revisou a divisão hidrográfica existente no Estado, buscando adequar a divisão
242 anterior com as diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos. A Resolução CERHI nº 107, de 22 de
243 maio de 2013; **Planejamento Estratégico Institucional:** Não há atualmente um planejamento
244 estratégico aprovado para orientar as ações da administração pública na gestão de recursos hídricos.
245 Atualmente, o que temos no Estado do Rio de Janeiro é, conforme determinação constitucional, o
246 plano plurianual (PPA) que é o instrumento de planejamento governamental de médio prazo que
247 estabelece diretrizes, objetivos e metas, organizando as ações do governo em programas. No PPA
248 fluminense o programa 0410 tem como tema a gestão de recursos hídricos. Além do plano plurianual
249 tem no órgão gestor e executor da política estadual de recursos hídricos a Diretoria de Gestão das
250 Águas e do Território que tem como ênfase o planejamento; **Planos de bacia:** Atualmente, boa parte
251 comitês fluminenses contam com plano de bacia ou instrumentos norteadores aprovados. O comitê
252 Macaé e das Ostras aprovou seu plano de bacia em dezembro de 2013. No caso do Comitê Baía de
253 Guanabara e CBH Guandu os planos são parciais no território, nesse último a pequena
254 complementação do plano se faz necessária a partir da revisão das regiões hidrográficas do Estado. O
255 plano de bacia dos comitês afluentes ao rio Paraíba do Sul (Piabanha, rio Dois Rios, Médio Paraíba do
256 Sul e Baixo Paraíba do Sul) está em revisão pelo CEIVAP. A única região que ainda não possui plano de
257 bacia, nem de forma parcial, é a área de atuação do CBH da Baía da Ilha Grande. O CBH Lagos São João
258 já aprovou recursos da cobrança pelo uso da água a fim de financiar a atualização de seu plano;
259 **Enquadramento:** Existe uma proposta de enquadramento de alguns corpos hídricos da região
260 hidrográfica II (Guandu). A proposta é de autoria Comitê que solicitou uma análise técnica do órgão
261 Gestor de Recursos Hídricos. O Inea fez a análise solicitada pelo Comitê e retornou a este com algumas
262 sugestões de alteração na proposta. Atualmente a proposta feita pelo Inea encontra-se em estudo na
263 câmara Técnica do CBH Guandu; **Estudos especiais de gestão:** No âmbito do PERHI foram elaborados
264 diversos estudos estratégicos de interesse da gestão de recursos hídricos. Além desses, existem outros
265 estudos financiados com recursos da cobrança e outros elaborados pelo próprio Inea; **Modelos e**
266 **sistemas de suporte à decisão:** Não existem sistemas e modelos de suporte a decisão operacional em

267 âmbito do Estado devidamente integrados. Os sistemas em vigor dão suporte à decisão, mas não estão
268 integrados. **Base Cartográfica:** O INEA possui um robusto acervo de dados espaciais para execução de
269 suas atividades e subsídios ao planejamento e gestão. Dentre uma das principais iniciativas para
270 aperfeiçoamento da gestão de sua base cartográfica, o Instituto está em fase final de elaboração para
271 implementação de um Banco de Dados Espaciais (Projeto BDE), que viabilizará o compartilhamento de
272 dados, a interoperabilidade e a organização entre produtores e usuários de dados e informações
273 geográficas; **Cadastro de Usuários e Infraestrutura:** Existe cadastros de usuários (>20 % do universo de
274 usuários cadastrados), mas não existe cadastro de infraestrutura hídrica. O Estado adota o CNARH e
275 possui um cadastro superior a 20% do universo de seus usuários cadastrados; **Monitoramento**
276 **Hidrometeorológico:** Existe rede hidrometeorológica em operação, tanto para fins de alerta, quanto
277 para fins de estudo e planejamento estratégico (rede básica) que cobre boa parte do Estado do Rio de
278 Janeiro. Porém, existem metas internas para a expansão da rede telemétrica com fins de alerta, com o
279 objetivo de atender prioritariamente os municípios com maior vulnerabilidade às cheias em seus
280 pontos críticos, bem como a modernização da gestão e envio de alertas. A Organização Meteorológica
281 Mundial (OMM) recomenda uma densidade mínima de estações pluviométricas e fluviométricas por
282 tipo de região. Levando esses dados em consideração, o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado
283 do Rio de Janeiro avaliou a densidade da rede hidrometeorológica do Estado e chegou à conclusão que
284 o Rio de Janeiro possui índices bem próximos ao proposto pela OMM; **Monitoramento de qualidade**
285 **de água:** Existe rede de qualidade de água em âmbito estadual com objetivo de avaliação de
286 tendência, atendendo a mais de 50% dos pontos previstos no RNQA. Os dados são repassados para a
287 ANA calcular o IQA, anualmente; **Sistema de informações:** Foi aprovado, em 2013, projeto a ser
288 financiado pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental (FECAM) que será o primeiro passo para
289 atendimento deste item; **Pesquisa e desenvolvimento:** Existem ações financiadas no âmbito do
290 sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos, voltados à pesquisa científica as quais fazem
291 parte de um programa em desenvolvimento. As ações existentes são financiadas pelo CBH Guandu,
292 que já contam com um programa estruturado de bolsas e incentivos à pesquisa, e também pelo CBH
293 MPS. **Outorga de direito de uso:** Há emissão de outorga de direito de uso de recursos hídricos para
294 captação de água, bem como outorga de lançamento de efluentes equivalente a mais de 30 % do
295 universo de usuários cadastrados; **Fiscalização:** Existe no Inea estrutura específica para as ações de
296 fiscalização (Coordenadoria de Geral de Fiscalização e Superintendências regionais). No entanto, em
297 sua grande maioria, as ações decorrem em função de denúncias. É importante dizer que nas
298 superintendências regionais do Inea existem ações de fiscalização pré-programadas específicas para a
299 regularização do uso da água. Existe, ainda, a fiscalização por parte dos entes municipais; **Cobrança:**
300 Existe no Estado do Rio de Janeiro cobrança por serviços de água bruta e pelo uso da água e os valores
301 e mecanismos de cobrança precisam de revisão. Necessitando, ainda, de campanhas de
302 recadastramento de usuários. A cobrança está estipulada nas Leis Estaduais nº 4.247/03 e 5.234/08. A
303 cobrança pelo uso da água está instituída em todo o território fluminense. **Sustentabilidade financeira**
304 **do sistema de gestão:** O Sistema Estadual de Recursos Hídricos depende de fonte própria de
305 arrecadação (Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FUNDRHI instituído pelo Decreto Estadual nº
306 35.724/04). No entanto, não há como precisar se esta arrecadação representa mais de 20% dos
307 recursos financeiros necessários para garantir a sustentabilidade financeira do sistema, pois não há
308 estudo que comprove o valor necessário à sustentabilidade do sistema; **Infraestrutura hídrica:** A área
309 de recursos hídricos tem relevante participação e influência na gestão de Infraestrutura hídrica, vez
310 que a área de obras de recuperação ambiental e de recursos hídricos encontram-se no mesmo órgão,
311 o Inea. Desta forma, não fica a área de recursos hídricos restrita apenas aos aspectos regulatórios
312 básicos, sendo esta responsável também pela elaboração de manuais/guias, além de projetos; **Gestão**
313 **e controle de eventos críticos:** A infraestrutura montada para o monitoramento de eventos críticos
314 conta com uma equipe de manutenção, composta por quatro técnicos, e outra equipe de
315 monitoramento, com cinco técnicos e dois meteorologistas. Os procedimentos incluem o
316 monitoramento contínuo da rede telemétrica e de outras ferramentas, como imagens de satélite,
317 radares meteorológicos e um sistema de detecção de descargas atmosféricas. Faz parte dos
318 procedimentos a confecção diária de previsão meteorológica por regiões do estado, a emissão de
319 alertas, informes e posteriores relatórios. A equipe também fica responsável por conferir o
320 recebimento dos dados na página e acionar a equipe de manutenção quando necessário. É importante

321 dizer que existe no Estado plano de contingência da defesa civil e do Inea, além de uma matriz
322 institucional; **Fundo Estadual de Recursos Hídricos:** Existe Fundo Estadual de Recursos Hídricos
323 (FUNDRHI), previsto na Lei Estadual nº 3.239/99 e regulamentado pelo decreto estadual nº 35.724/04.
324 O FUNDRHI é operante e a aplicação de seus recursos está devidamente articulada com os demais
325 processos e instrumentos de gestão de responsabilidade do sistema estadual de recursos hídricos;
326 **Programas indutores:** A Lei Estadual nº 3.239/99 prevê o programa estadual de conservação e
327 revitalização dos recursos hídricos – PROHIDRO, regulamentado através do Decreto Estadual nº
328 42.029/11 que cria o PRÓ-PSA, Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais. Atualmente
329 existem ações de PSA aprovadas por diversos Comitês: RH II – CBH Guandu (Produtores de Águas e
330 Florestas), RH II – CBH Guandu (Pagamento por Serviços Ambientais) e RH VIII – CBH Macaé e das
331 Ostras (Programa de Boas Práticas/PSA). Após algumas manifestações e contribuições ao documento
332 apresentado, o relatório foi aprovado. Dando continuidade, o Presidente passou para o **2º item:**
333 **Hierarquização do Plano de Ações e Investimentos do PERHI-RJ, constantes no relatório dos**
334 **Programas, Metas e Estratégias.** Tendo em vista que o primeiro item demandou muito tempo, ficou
335 acertado que a Sra. Moema Versiani (GERHI/DIGAT) realizará esta apresentação em uma reunião
336 extraordinária exclusiva para este assunto no dia 08/05/2014. E nada mais havendo a tratar, o Sr.
337 Alfredo Sertã, Presidente nesta reunião do CERHI-RJ, agradeceu a presença de todos e declarou
338 encerrada a 14ª Reunião Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 17:00h.
339 Extraordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, às 17h00min.

340



Carlos Costa e Silva Filho
Presidente CERHI-RJ



Rosa Maria Formiga Johnsson
Secretária Executiva CERHI-RJ